manchete

Expresso

23-11-2013

Periodicidade: Semanal
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 131300

Temática: Administracão Pública
Dimensão: 141
Imagem: N/Cor
Página (s): 5

Maioria alivia cortes aos políticos

Ao contrário dos idosos e dos beneficiários do RSI, o património dos ex-políticos não é tido em conta na hora de suspender a pensão

Uma proposta de alteração ao OE — apresentada pelas bancadas da maioria — retira o património imobiliário dos ex-políticos como critério para a suspensão da subvenção vitalícia de que 279 antigos titulares de cargos públicos beneficiam. Uma alteração que, ao que apurou o Expresso, surgiu depois de grande pressão junto do Governo para que fossem aligeirados os critérios que, de acordo com a formulação original, praticamente acabavam com as pensões vitalícias.

A pressão para alterar esta norma terá chegado sobretudo do PSD e do PS, aqueles que reunem a maioria dos subvencionados. A alteração foi aprovada 5ª feira, com os votos do PSD, PS e CDS. Na redação inicial, o Governo prometia retirar a subvenção aos ex-políticos que, simultaneamente, auferissem outros rendimentos ou pensões acima de €2 mil, ou que dispusessem de um património imobiliário acima dos €100 mil. Uma medida que, de acordo com fonte oficial, implicava praticamente um "apagão total" na lista de pagamentos aos antigos políticos que, anualmente, custa ao Estado cerca de €8 milhões. Desde 2005, no início do Governo Sócrates, foi suspensa a atribuição das pensões vitalícias aos políticos, mas aqueles que já beneficiavam destas subvenções continuaram a receber. Na nova versão proposta pelo PSD e pelo CDS, apenas conta para efeitos de pagamento das subvenções os rendimentos dos ex-políticos em salários ou pensões. Critérios como o património financeiro ou imobiliário — usados como motivos de exclusão dos beneficiários do RSI ou do Complemento Solidário para Idosos — não são aqui tidos em conta. Uma discriminação que, de acordo com fonte parlamentar da maioria, se justifica por se tratar de uma pensão que, apesar de muito generosa, é tecnicamente uma pensão contributiva, logo, o seu pagamento não pode depender do património do beneficiário. Fonte governamental garantiu que a proposta dos deputados não altera o impacto da medida. 85% dos ex-políticos com subvenção recebiam pelo menos outra pensão do Estado. **F.S.C.** e **R.P.L.**